

Jornal do Commercio

BRASIL

04 de Março de 2012

Medidas contra “tsunami financeira”

GUSTAVO HENRIQUE BRAGA

A presidente Dilma Rousseff assegurou que o Brasil tem cartas na manga para enfrentar a chamada guerra cambial e que mais medidas poderão ser adotadas, além das mudanças no Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF). Dilma classificou a injeção de trilhões de dólares na economia mundial feita pelos países ricos como uma “tsunami financeira”. Para reforçar o arsenal que o governo está montando na tentativa de conter a excessiva entrada de dólares no País, na noite desta quinta-feira, o Banco Central impôs limites a financiamentos de exportações, alcançando a modalidade de pagamento antecipado de exportações, que tinha prazo ilimitado sem taxação e, agora, passa a contar com esse benefício apenas com operações de prazos de até 360 dias.

Sobre as que ultrapassarem esse prazo recairá alíquota de 6% de IOF. A preocupação do BC é que muitas empresas poderiam usar o Pagamento Antecipado (PA) – que não paga IOF ou Imposto de Renda – para trazer recursos ao Brasil e investilos em aplicações financeiras, como a renda fixa. Isso porque, originalmente, transferências para aplicações financeiras como a compra de títulos de renda fixa pagam IOF. Seria uma maneira de burlar o imposto.

A crítica da presidente foi dirigida ao Banco Central Europeu (BCE), que anunciou na última quarta-feira, o empréstimo de 529 bilhões de euros a 800 bancos do continente. O

objetivo da autoridade monetária é incentivar o crédito, reduzir o risco de calote dos países mergulhados na crise e conter a recessão. Com isso, os recursos despejados pelo BCE chegaram a 1 trilhão de euros em pouco mais de dois meses, o que provocou forte valorização do real neste período.

Dilma acusou os países desenvolvidos de praticarem uma política monetária “absolutamente inconsequente” sob o ponto de vista dos efeitos gerados nos mercados internacionais. “Nós teremos de criar outros instrumentos de combate aos processos que vão ser desencadeados com US\$ 4,7 trilhões (volume despejado na economia desde 2008)”, declarou a presidente ressaltando que a injeção desses recursos traz consequência as perversas, sobretudo aos países em crescimento. “Nós sabemos que, hoje, as condições de concorrência são adversas. Não porque a indústria brasileira não seja produtiva, não porque o trabalhador brasileiro não seja produtivo, mas porque tem uma guerra cambial que cria condições desiguais”, emendou.

O discurso da presidente deixou claro que o governo vai fazer de tudo para conter a avalanche de capital estrangeiro no Brasil. A preocupação é com o excesso de recursos em circulação nos países desenvolvidos, que passaram a imprimir moeda como arma para combater a crise, com efeitos colaterais para a economia mundial. Depois de cair no mercado, a procura por rentabilidade tende a fazer com que boa parte desse dinheiro vá parar nos países emergentes,



DILMA ROUSSEFF

“Nós sabemos que, hoje, as condições de concorrência são adversas. Não porque a indústria brasileira não seja produtiva, não porque o trabalhador brasileiro não seja produtivo, mas porque tem uma guerra cambial que cria condições desiguais.”



REUTERS/USLEI MARCELINO

criando ondas de liquidez. Prova disso é que o dólar chegou a ser cotado abaixo de R\$ 1,70 nesta semana, patamar que o governo entende como prejudicial para as exportações e para a indústria nacional. Não à toa, o Fundo Monetário Internacional (FMI) chegou a dizer que o Brasil precisa fazer alguma coisa urgente para conter esse movimento.

Apesar do discurso defensivo, por hora, as medidas do governo surtiram pouco efeito. O dólar continua em um patamar perigoso e fechou o dia ontem cotado a R\$ 1,71. A esperança é que a mudança no IOF, que passa a cobrar 6% sobre captações no exterior com prazo superior a três anos, ajun-

de a coibir a entrada de capital especulativo no País, mas os analistas temem que a medida ainda é insuficiente para alcançar resultados satisfatórios.

“Mexer nos impostos para atacar uma questão cambial não é uma medida muito eficiente”, avaliou Rubbens Velloza, especialista em tributação. Velloza explicou que a legislação permite ao governo estabelecer um IOF de até 25%. “As mudanças no IOF podem ser aplicadas imediatamente, ao contrário dos demais impostos, os quais qualquer mudança só passa a valer no ano seguinte”, complementou.

SINDICALISTAS. Sindicalistas aproveitaram a chance de es-

tar ao lado da presidente Dilma Rousseff na quinta-feira para derramar uma coleção de reivindicações do setor e atacar o que chamaram de desindustrialização do País diante de importações crescentes de produtos manufaturados. Como de hábito, atacaram as taxas de juro e o câmbio, já que o real valorizado torna as importações mais competitivas frente à produção nacional.

Num inflado discurso, o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), foi direto ao pedir a Dilma ações mais eficazes para proteger a indústria nacional. “É muito violenta a desindustrialização. É muito rápida, e nós estamos dando

pouca resposta para isso. As empresas estão quebrando, e o setor industrial está tendo demissão”, disse ele, durante a assinatura de compromisso com construtoras e sindicatos para melhorar as condições de trabalho no setor da construção civil. Outras demandas incluíram baixar juros, que já vêm em trajetória de queda, e rever o fator previdenciário. “Precisamos baixar juro, mexer no câmbio. Tem coisas que nós precisamos que a senhora aja rápido”, disse o deputado.

Entre brincadeiras com a cor da roupa de Dilma, as críticas foram ouvidas pela presidente em uma cerimônia encerrada pelo Planalto como uma celebração. O acordo assinado foi fruto de negociações iniciadas depois da crise nos canteiros de obras das usinas hidrelé-

tricas do Rio Madeira, em 2011.

Mesmo as queixas sendo tradicionais nos setores sindicais – que havia poucos anos reclamavam do baixo valor do salário mínimo ou os arrochos monetários consequentes das demandas do Fundo Monetário Internacional (FMI) –, a pauta expressa nos discursos sindicalistas foi sinal do pouco acesso que as lideranças do setor têm à presidente. O porta-voz do Planalto no tema é o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria Geral).

Dilma respondeu às demandas. Citou números de desemprego, “o menor da história”, disse que desde 2003 o salário mínimo teve aumento real de 66% e afirmou que seu compromisso é com desenvolvimento sustentável e distribuição de riqueza. (Com agências)